



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE ARARAQUARA**  
**FORO DE ARARAQUARA**  
**6ª VARA CÍVEL**  
**RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1010781-26.2018.8.26.0037**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Indenização por Dano Material**  
 Requerente: **Bradesco Auto/Re Companhia de Seguros**  
 Requerido: **Companhia Paulista de Força e Luz**

Juiz de Direito: Dr. **João Roberto Casali da Silva**

**Vistos.**

-

**BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS** ajuizou ação de **RESSARCIMENTO DE DANOS MATERIAIS** contra **COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CPFL**, alegando, em resumo, que firmou contrato de seguro com a empresa R. S. TANACHE LTDA., com a finalidade de assegurar danos elétricos e que, em 29.07.2017, ocorreu sinistro, avariando vários bens. Conforme estabelecido na apólice, pagou indenização securitária de R\$ 6.332,50 (seis mil, trezentos e trinta e dois reais e cinquenta centavos), pleiteando a condenação da acionada ao reembolso.

A acionada apresentou defesa, rebatendo a postulação inicial. Aduz que a autora é parte ilegítima para o pedido, pois não comprovada existência de relação contratual entre segurada e acionada. No mérito, negou a existência de falha na prestação do serviço, impugnando a responsabilidade que lhe foi atribuída.

**É o relatório.**

**DECIDO.**

Julgo este processo no estado em que se encontra por não haver necessidade de produção de outras provas (artigo 355, I, do Código de Processo Civil).

**1010781-26.2018.8.26.0037 - lauda 1**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE ARARAQUARA**  
**FORO DE ARARAQUARA**  
**6ª VARA CÍVEL**  
**RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Assim já se decidiu:

*“O julgamento antecipado da lide, quando a questão proposta é exclusivamente de direito, não viola o princípio constitucional da ampla defesa e do contraditório” (Agravado de Instrumento 203.793-5-MG, em Agravo Regimental, Relator Ministro Maurício Correa, 2ª. Turma do Supremo Tribunal Federal, j. 03.11.97, “in” Código de Processo Civil e legislação processual em vigor, Theotonio Negrão – 39ª edição – 2207 – Saraiva).*

*“O julgamento antecipado da lide, sobre questão exclusivamente de direito, não constitui cerceamento de defesa, se feito independentemente de prova testemunhal, protestada pelo réu” (RTJ. 84/25, op.cit).*

Pretende a seguradora, em direito de regresso, o reembolso dos valores pagos à empresa segurada, por conta de danos em aparelhos elétricos, atribuindo a responsabilidade à acionada.

A argumentação trazida pela requerida, sob a rubrica de ilegitimidade ativa, deve ser acolhida, resultando, entretanto, na improcedência do pedido inicial.

Com efeito, a acionada negou a existência de relação contratual com a empresa segurada.

Instruiu sua defesa com *print* no qual aponta a não localização da unidade consumidora que pertenceria à empresa segurada (pág.166). Tal documento é repetido de modo mais completo na pág.196, onde o departamento comercial da acionada aponta que o cadastro do cliente não foi localizado, chancelando sua argumentação de inexistência de relação contratual que justifique a responsabilidade que lhe é atribuída.

Registre-se que o endereço indicado refere-se ao "Shopping Jaraguá", onde, presumivelmente, a empresa segurada estaria instalada (págs. 123/124). De todo modo, diante da defesa apresentada, caberia à autora a apresentação de prova idônea da existência de relação contratual entre sua segurada e a requerida, bastando, para tanto, v.g., a apresentação de singela cópia da fatura de consumo, mesmo que em nome de terceiro, viabilizando a identificação, com segurança, da unidade consumidora em que o sinistro teria ocorrido. Todavia, não foi apresentado



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE ARARAQUARA**  
**FORO DE ARARAQUARA**  
**6ª VARA CÍVEL**  
**RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

qualquer documento hábil à assegurar a existência da alegada relação contratual entre as partes, o que importa na exclusão da acenada responsabilidade da requerida.

Considera o juízo não se tratar de mera ilegitimidade para o processo, mas de questão de mérito, com rejeição do pedido, pela exclusão de qualquer vinculação contratual entre as partes.

Relembre-se que, conforme previsão do artigo 373, I, do Código de Processo Civil, caberia à autora a apresentação e prova idônea, segura e convincente de suas alegações.

Pertinente relembrar o ensinamento de Humberto Theodoro Júnior:

*“Não há um dever de provar, nem à parte contrária assiste o direito de exigir prova do adversário. Há um simples ônus, de modo que o litigante assume o risco de perder a causa se não provar os fatos alegados dos quais depende a existência do direito subjetivo que pretende resguardar através de tutela jurisdicional. Isto porque, segundo máxima antiga, fato alegado e não prova provado é o mesmo que fato inexistente” (Curso de Direito Processual Civil Teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento, Rio de Janeiro: Forense, 2007, pág. 478).*

Por isso, sequer demonstrada a existência de vínculo contratual entre segurada e a acionada, a defesa apresentada deve ser acolhida, rejeitando-se o pedido inicial.

Isso posto **JULGO IMPROCEDENTE** esta ação movida por **BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS** contra **COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CPFL**, rejeitando a pretensão inicial. Sucumbente, responderá a autora pelas custas processuais e honorários advocatícios fixados em 10% do valor da causa, atualizado.

**P.R.I.**

Araraquara, 26 de novembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**